

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS E INTERFACES COM AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS EM EDUCAÇÃO – UMA REFLEXÃO SOBRE A DÉCADA DE 1990

FERNANDES, Andrea da Paixão – UERJ – andrea@uerj.br

GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18

Agência Financiadora: Sem Financiamento

PALAVRAS INICIAIS

Este trabalho apresenta reflexões realizadas pela autora tendo por base os resultados da pesquisa que teve como objeto um projeto de alfabetização de trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2003.

Naquele momento pretendíamos analisar como os empresários do ramo da construção civil se apresentavam como atores educativos e quais as relações que estabeleciam com seus trabalhadores no que se refere ao processo de alfabetização e escolarização desses sujeitos.

Nesse texto nos propomos a apresentar as relações estabelecidas entre trabalhadores e empresários que, por sua vez, são potencialmente traduzidas por algumas formas de exclusão da classe trabalhadora do saber escolar formal e sua inserção – ou retorno – posterior a um outro espaço de conquista do direito de ser alfabetizado. O projeto “Alfabetizar é Construir” se apresenta como esse outro espaço (o não-formal) de acesso dos trabalhadores à possibilidade de escolarização.

Mas o que é o projeto “Alfabetizar é Construir”? Criado no início da década de 1990 pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro - SINDUSCON-Rio - em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Secretaria Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, o projeto se propõe a alfabetizar trabalhadores da construção civil das empresas a ele se conveniada no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

A primeira etapa de atuação do SINDUSCON-Rio consiste no recrutamento das empresas para a implantação do projeto em seus canteiros de obras, haja vista que é esse sindicato o responsável por definir, junto às empresas interessadas, a estrutura mínima para o funcionamento das escolas dos canteiros. Também é responsável, junto com o SESI, da seleção e treinamento dos professores que atuam nas salas de aula dos canteiros, além do acompanhamento pedagógico do projeto. Cabe ao Serviço Social da indústria, também, a certificação dos alunos.

A escolha do local, dentro do canteiro de obras, para a instalação da sala de aula

fica a cargo das empresas, bem como o mobiliário a ser utilizado por alunos e professora. O pagamento dessa também é de responsabilidade das empresas.

Para as fundamentações teóricas, recorreremos a Gramsci, Frigotto, Gentili, Neves, Castel, Paoli, dentre outros, haja vista a contribuição desses autores para as reflexões sobre exclusão, cidadania, filantropia, pensamento empresarial, além da relação entre trabalho e educação.

DA EXCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR ÀS POSSIBILIDADES DE BUSCA DA CIDADANIA POR TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A reflexão sobre a exclusão social e escolar da classe trabalhadora e, no caso dessa pesquisa, de trabalhadores da construção civil requer, incondicionalmente, nos reportarmos ao modelo de escola com o qual convivemos historicamente na educação brasileira.

Registros referentes à história da educação brasileira dentre os quais destacamos Romanelli (1997) possibilitam identificar que convivemos com um modelo dual de escola. A partir dessa constatação, para analisar a educação destinada à classe trabalhadora, consideramos necessário reconhecer quais são os espaços onde se constrói essa educação ou aonde ocorre a sua oferta.

Também consideramos ser de extrema importância refletir acerca dos objetivos que estão propostos para a educação que é oferecida a essa classe e como se configuram tais iniciativas, tendo em vista os mais variados espaços aonde vêm sendo desenvolvidas atividades de educação para essa significativa parcela da nossa sociedade.

Todavia, para desenvolver as reflexões acima sinalizadas, é fundamental reconhecer o cenário de exclusão com a qual a classe trabalhadora vem convivendo ao longo da história do Brasil. Segundo DUPAS (1999), a preocupação em se conceituar *exclusão social* se apresenta a partir da redefinição do papel do Estado no contexto da globalização. É importante considerar que a exclusão de uns pressupõe a inclusão de outros. E que, conforme destaca o mesmo autor, “diferentes padrões de desenvolvimento ou estratégias de ajuste estrutural têm tido efeitos diferentes no que concerne a padrão de exclusão social, já que a mesma taxa de crescimento econômico pode levar a distribuições muito distintas de benefícios” (DUPAS, 1999, p. 208).

Aproximando esse conceito da realidade educacional brasileira com sua

característica dual e, por conseguinte excludente, é possível reconhecer porque tantas crianças, adolescentes e jovens encontram-se afastados das escolas públicas brasileiras, apesar de haver na sociedade brasileira, desde a década de 1990, o discurso governamental da democratização da educação, sobretudo do nível fundamental de ensino. Ao contrário, não parece ser isso o que vimos observando, por exemplo, na história da educação pública no Rio de Janeiro das últimas décadas. A cada ano os problemas de superlotação de salas de aula e de impossibilidade de atendimento às demandas se apresentam e corroboram para o aumento de uma estatística que reforça a lógica da exclusão social de parcela significativa da classe trabalhadora dos bancos escolares.

Uma vez excluídos da escola, alguns retornam a esse ou a outros espaços de escolarização, a fim de resgatar um tempo que havia ficado para trás. Outros, por nunca terem tido a oportunidade de experimentar processos de escolarização e, tampouco de alfabetização, encontram em projetos como o *Alfabetizar é Construir* a possibilidade de aprender a ler e a escrever.

O contexto histórico, social, econômico e político brasileiro na década de 90 do século XX, fundamentado na expansão do projeto neoliberal de Estado, viabiliza a introdução tanto das parcerias público-privado em diversos setores de serviços sociais, como possibilita, no caso do projeto ora pesquisado, que a iniciativa privada assuma a responsabilidade de oferecer um serviço que, constitucionalmente (CF, artigo 205) se apresenta como um direito da população: o educacional que, por sua vez, é considerado dever do Estado (CF, artigo 208).

Ainda sobre o aspecto jurídico é correto afirmar que a oferta educacional, apresentada no texto da Constituição Federal do Brasil e, também, no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mesmo que seja um serviço oferecido pelo Estado, “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (CF 1988, art. 205). O texto da Lei nº 9.394/96 (LDB) ao abordar esse mesmo assunto, por sua vez, parece tentar amenizar a amplitude de ações colaborativas da sociedade brasileira que podem investir na educação da população em diferentes estágios ao afirmar, em seu art. 2º, que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Mas se a sutileza dos argumentos do texto legal aprovado oito anos depois da

Constituição Federal está apresentada, os princípios de solidariedade humana propostos nesse mesmo texto são incorporados às práticas e ações empresariais por meio de diversas ações de responsabilidade social, um terreno em ampla expansão na década em estudo. A prática dessas ações apresentava para o período a possibilidade de colaborar na resolução de problemas que ocorrem em vários setores de serviços no Brasil e que atingem, prioritariamente, a população de baixa renda. Um desses é o serviço educacional.

A pesquisa realizada possibilita identificar que o modelo de educação que vem sendo oferecido aos trabalhadores no Brasil, seja via empresa através dos projetos de parcerias, seja nos próprios espaços formais, tem pretendido preencher uma lacuna no que se refere à produção do conhecimento ou à informação negada a uma classe que, cotidianamente, é excluída dos bancos escolares e de seus saberes. Seja porque há uma necessidade urgente de entrada das crianças no mercado de trabalho, seja porque a escola não atende às suas expectativas. Os resultados dessa política excludente são os sucessivas situações de fracasso escolar e a evasão, que empurra para a educação de jovens e adultos um imenso contingente de homens e mulheres para serem alfabetizados.

O projeto *Alfabetizar é Construir* consiste em uma das iniciativas da classe empresarial com vistas a suprir a necessidade de alfabetizar os trabalhadores da construção civil, que chegam ao Rio de Janeiro carregando em seu histórico de vida o analfabetismo. No entanto, não podemos descartar que ainda que haja uma concentração nas questões referentes à aquisição da leitura, da escrita e das quatro operações matemáticas, o acesso à escolarização – sem discutirmos aqui os objetivos que subjazem o projeto – representa um crescimento para esse trabalhador em nível individual que vai, conseqüentemente, se refletir na possibilidade de retorno para a empresa. É inegável que tal iniciativa se constitui como investimento em capital humano, sendo visível na redução nos acidentes de trabalho, no melhor aproveitamento do material, na maior satisfação do trabalhador, etc.

Diante disso, cabe ressaltar que, segundo pesquisas já realizadas, “o componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção” (SCHULTZ, apud Frigotto, 2001, p. 40). Constata-se, portanto, que há uma vinculação entre educação e desenvolvimentos

econômico, pois todo processo educativo, independentemente de onde seja realizado, pressupõe o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, de caráter intelectual ou manual, com vistas a orientar o acúmulo de uma determinada capacidade de trabalho e, por conseguinte, de produtividade naquele processo.

Segundo Frigotto (2001, p. 41),

O conceito de capital humano - ou, mais extensivamente, de recursos humanos - busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento para a superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social.

De acordo com as afirmações de Schultz e de Frigotto, o investimento que algumas empresas da construção civil fluminenses fazem nos seus operários pressupõe um retorno que se expressa na forma como esses mesmos operários desempenharão suas atividades nos canteiros de obra.

Para o SINDUSCON-Rio, no que se refere ao *Alfabetizar é Construir*, há “a certeza de que é um investimento válido que significa um passo decisivo para que a Indústria da Construção se torne mais produtiva e qualificada”. Nessa declaração o SINDUSCON-Rio confirma a aplicação da teoria do capital humano nas suas ações e relações com os sujeitos trabalhadores.

A análise das etapas de desenvolvimento do projeto pesquisado permite identificar fatores que comprovam que tanto a desqualificação da escola pública, como a oferta de aumento da escolaridade, mesmo sem critérios rígidos definidos, estão a serviço do capital.

Frigotto (2001) enfatiza que as necessidades apresentadas pela classe trabalhadora pretendem garantir uma escola que tenha sintonia com o saber historicamente produzido e que, por sua vez, vem sendo aprofundado.

Acreditamos, por conseguinte, que o processo de exclusão da classe trabalhadora do saber escolar só poderá ser superado quando houver um projeto educacional no Brasil que seja suficientemente capaz de demonstrar coerência com as necessidades da maioria da sociedade. Também não nos parece convincente que o serviço educacional proposto pela classe empresarial no projeto ora investigado se pautava num ensino fragmentado para os trabalhadores, atendendo as perspectivas de formação aligeirada

para as demandas do mercado de trabalho, possa servir a algum projeto inclusivo destinado às reais necessidades de cidadãos brasileiros.

Concordamos com Frigotto (2001, p. 29), quando o autor afirma que:

A luta por uma escola de qualidade e a serviço da classe trabalhadora é, em última instância, um aspecto da luta mais ampla pela transformação das relações sociais de produção da existência, que têm como produto a desigualdade orgânica, o não-trabalho, o parasitismo e a exploração.

Nesse sentido, a consideração de uma escola que se preocupe com os princípios de cidadania requer que o pensamento em prol da educação da classe trabalhadora se origine de referenciais que contemple a formação ampla do cidadão; do ser humano. Tomando como referencial os estudos de Antonio Gramsci, podemos afirmar que a educação e seu acesso visam constituir integralmente o cidadão, contemplando a formação omnilateral do homem, que o prepare para a vida. Ou seja, uma concepção de educação que possibilite a esse trabalhador apreender uma base, a fim de que, a partir de determinado momento onde essa base já esteja consolidada, possa optar pelos caminhos a serem trilhados. Portanto, é somente uma escola unitária a que tem condições de potencializar o caráter científico-tecnológico para todos os níveis e áreas do sistema de ensino (NEVES, 2000). E o estabelecimento de uma relação participativa, criadora, ativa, criativa e coletiva dos cidadãos é fundamental para a consolidação dessa perspectiva.

Por outro lado, o momento de desarticulação do saber e de fragmentação da sociedade com o qual nos deparamos parece acompanhar a sociedade contemporânea. Diante desse cenário de desarticulação do qual falamos, percebemos e concordamos com alguns autores como Gentili (1995, 1997, 1998, 1999, 2002); Petras (1999); Frigotto (2000), Neves (2000), que defendem a necessidade de consolidação de mecanismos de resistência e de escolha dos rumos a tomar, num momento em que a implantação dos princípios do neoliberalismo ainda avançam restringindo, acentuadamente, os direitos da classe trabalhadora.

É importante considerar que o modelo de escola com o qual, em geral, temos convivido na realidade brasileira, acompanha tanto essa desarticulação, como também o processo de fragmentação da sociedade. Sob essa ótica que se apresentam os projetos desenvolvidos pelas empresas, uma vez que essas não se propõem a articular os diferentes saberes produzidos socialmente.

A análise do projeto *Alfabetizar é Construir* permitiu consolidar algumas reflexões importantes. Para tal, consideramos desde o olhar que tivemos acerca da atuação dos empresários e a percepção que os mesmos têm do projeto, até a representação que os alunos-trabalhadores constroem do referido projeto, a qual mencionaremos mais adiante.

Outro aspecto fundamental para elaborar uma reflexão sobre os processos de exclusão da classe popular do saber escolar e as potencialidades de formação do cidadão consiste na análise da relação trabalho e educação e na percepção do que os padrões de acumulação flexível têm reservado para os países capitalistas - desenvolvidos ou não. Nesse sentido, a redução da formação profissional à capacitação da força de trabalho e, também, o investimento na requalificação dos trabalhadores, visando atender às demandas e transformações do sistema capitalista, constituem fortes elementos. Esse caráter de urgência que vem sendo atribuído a esse processo de formação e de requalificação da força de trabalho visa, teoricamente, garantir a chamada empregabilidade a uma parcela da classe trabalhadora que, constantemente, é ameaçada pela forma como as novas tecnologias são introduzidas nos setores produtivos.

Vale ressaltar que, a requalificação defendida pela classe trabalhadora, pressupõe:

a superação, em um patamar mais elevado, da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, com vistas a sua instrumentalização técnica e política, em defesa da preservação dos direitos (adquiridos ao longo da história, nos diversos conflitos interclasses) na atual crise do capitalismo (NEVES, 2000, p. 25).

Tal perspectiva aponta para o fato de que não basta que o cidadão operário (trabalhador manual) se qualifique; é preciso que, como cidadão, seja formado para ser dirigente, ou seja, para governar. Cabe à sociedade cumprir essa tarefa, ainda que se precise desempenhar esforços antes não imaginados.

A abordagem gramsciana sobre a educação considera, ainda, a importância de garantir a todos – e, sobretudo a classe trabalhadora que, por se constituir como maioria explorada em nossa sociedade, necessita desempenhar maiores esforços para se tornar dirigente desta mesma sociedade – uma escola que seja *desinteressada* em relação aos interesses mais imediatos do capitalismo. Condena, conseqüentemente, a ênfase numa educação que forme aligeiramente o indivíduo.

Transportando o pensamento de Gramsci para a realidade das sociedades

capitalistas do século XXI, a escola que atende ao que consideramos como os interesses mais imediatos do capitalismo, pode ser sintetizada pela idéia de *mercoescola*¹.

O modelo de educação que acreditamos ser importante experimentar pressupõe, ainda, uma escola que seja “formativa”, ou seja, que considere a educação muito mais como um canal de formação da cultura geral e de construção do conhecimento e do homem como um ser dirigente, do que educação como possibilidade restrita de informação ou transmissão de determinados conteúdos.

Cabe observar que diante da crise pela qual atravessa o sistema educacional brasileiro e, também considerando que para uma leitura de Gramsci deve-se ter o cuidado de perceber o seu tempo e a situação política, sobretudo da Europa no período, é de grande relevância entendermos que a escola que Gramsci propõe para a classe trabalhadora deva ser:

(...) escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 2000, p. 33).

A partir dessa definição torna-se possível acreditar que a educação a ser oferecida a essa classe tem condições de privilegiar a superação da exclusão dos trabalhadores do saber escolar formal e de articular os diferentes saberes produzidos por essa mesma classe.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FILANTROPIA EMPRESARIAL EM RELAÇÕES DE TRABALHO E AS REPRESENTAÇÕES DOS SUJEITOS ESTUDADOS

Filantropia, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2000, p. 321), significa amor à humanidade; caridade. Stephen Kanitz afirma também que o termo filantropia se posiciona contrariamente ao significado de amor a si próprio ou egoísmo; e que a sua raiz é a mesma da filosofia, ou seja, amor ao conhecimento.

Para uma melhor compreensão da evolução do sentimento de assistência, de solidariedade e, posteriormente, das ações filantrópicas, elegemos como referenciais Castel (1995) e Paoli (2002).

Segundo Castel (1995), a questão social se revela nas diferentes formas de

¹ Consideramos como *mercoescola* o modelo de escola que desenvolve um processo de ensino-aprendizagem centrado na transmissão da ideologia do capital e que, por sua vez, atrele a educação à perspectiva e às demandas empresariais, transformando a tarefa educacional num mecanismo de

manifestação, institucionalizadas ou não, referentes às diversas categorias que sejam responsáveis pela prática das instituições de assistência e, também, às intervenções que possam ser feitas em relação a algumas populações.

Émile Durkeim e os republicanos do fim do século XIX chamaram de solidariedade esse vínculo problemático que assegura a complementaridade dos componentes de uma sociedade a despeito da complexidade crescente de sua organização. É o fundamento do pacto social. Durkheim reformulava-o nesses termos no momento em que o desenvolvimento da industrialização ameaçava solidariedades mais antigas que ainda deviam muito à reprodução de uma ordem baseada na tradição e no costume. No raiar do século XX, a solidariedade deveria tornar-se um assumir-se voluntário da sociedade e o Estado social, fazer-se seu fiador. Na aurora do século XXI, quando as regulações implantadas no contexto da sociedade industrial estão, por sua vez, profundamente abaladas, é o mesmo contrato social que, sem dúvida, deve ser redefinido a novas expensas. Pacto de solidariedade, pacto de trabalho, pacto de cidadania: pensar as condições da inclusão de todos para que possam comerciar juntos, como se dizia na época do Iluminismo, isto é, “fazer sociedade” (CASTEL, 1995, p. 35).

As ações filantrópicas que surgem nas sociedades se apresentam como uma nova versão da caridade, secularmente conhecida. Se, por um lado, a filantropia foi, primeiramente, caracterizada pelas ações de assistência e de solidariedade promovidas pela Igreja – considerada a instituição mais importante no processo de gestão da assistência –, identificamos que, no final do século XX, essas ações já estão claramente assumidas e consolidadas pela perspectiva solidária da sociedade. A transição das práticas assistenciais das instituições religiosas para os leigos acontece naturalmente, a partir do momento em que as autoridades não religiosas começam a assumir a sua responsabilidade social.

Portanto, é muito antes do século XVI que a assistência se organiza a partir de uma base territorial e que sua gestão deixa de ser um monopólio clerical, se é que tenha chegado a isso. Ao lado da Igreja, regular ou secular, o conjunto das autoridades, tanto leigas quanto religiosas, assume parte nessa administração do social: senhores notáveis e burgueses ricos, confrarias, isto é, associações de auxílio mútuo das corporações, multiplicam os auxílios. A partir do fim do século XIII, o exercício da caridade tornou-se uma espécie de serviço social local que recebe a colaboração de todas as instâncias que dividem a responsabilidade pelo “bom governo” da cidade (CASTEL, 1995, p. 72).

Reportando-nos ao amor à humanidade como a essência do fazer filantrópico, é importante considerar que, nesse sentido, o voluntariado e o sentimento de doação

podem ser perfeitamente empregados. Dessa forma, a filantropia responsável se associa, cada vez mais, à responsabilidade social.

No entanto, as empresas consideradas socialmente responsáveis não se envolvem em projetos sociais apenas pelo sentido que o amor à humanidade possa representar. Mas, porque as ações filantrópicas desenvolvidas pelas empresas e dirigidas aos grupos carentes da sociedade ou potencialmente necessitados reforçam a imagem institucional da empresa, projetando-a positivamente no rol das empresas solidárias.

O setor privado tomou consciência de que precisa ter uma participação maciça no ambiente social e comunitário porque é parte integrante dele, e, portanto depende de seu correto funcionamento. Os resultados obtidos por diversas empresas no âmbito social indicam que o empresariado é também parte modificadora desse ambiente. As empresas estão assumindo a sua responsabilidade social e promovendo uma verdadeira revolução cívica (TREVISAN, 2002).

O pensamento empresarial parece ter admitido que as ações sociais precisam ter seu espaço, embora continue a valorizar o lucro e não a solidariedade. No entanto, a percepção de que o lucro requer posturas mais éticas e solidárias, está levando as empresas a se adaptarem às exigências da sociedade civil nesses novos tempos.

Segundo Castel (1995, p. 497), “numa sociedade complexa, a solidariedade não é mais um dado, mas um construído; a propriedade social é, simultaneamente, compatível com o patrimônio privado e necessária para inserí-lo em estratégias coletivas”.

Como podemos perceber há, na década de 1990, uma ascensão significativa de ações compensatórias pelas empresas, ONG's e pelo voluntariado individual, voltadas para os casos de carência e de miséria da sociedade brasileira.

As ações sociais patrocinadas pelo setor empresarial podem empurrar as de cunho público para a via do não-estatal. Ou seja, as ações voltadas para a sociedade como um todo, passam a ser propostas e implementadas por esferas privadas e não pela esfera do Estado.

Essas demandas consolidam a idéia de “ações sociais responsáveis propostas pelos programas de solidariedade social empresarial” (PAOLI, 2002, p. 379). Segundo a mesma autora, esses processos propõem duplo objetivo: “o de cuidar do social e o de criar uma *consciência cidadã* da classe empresarial através de ações de filantropia

privada” (PAOLI, 2002, p. 379).

É nesse contexto que se articula, na sociedade brasileira, os movimentos de organização do setor empresarial que, a partir do desenvolvimento das ações filantrópicas, visa reduzir as situações de pobreza e, conseqüentemente, garantir melhores oportunidades de vida à população. Surge, então, um sentimento de “desnecessidade do público” (OLIVEIRA, *apud.* Paoli, 2002, p. 378) por parte das classes mais favorecidas da sociedade.

Essa nova configuração do voluntariado e da filantropia pode ser explicada pelas idéias de Anthony Giddens (2000) ao defender a renovação da sociedade civil como parte do programa da terceira via. Nessa nova apresentação, o governo e a sociedade civil devem ser parceiros e há a necessidade de um envolvimento do terceiro setor com as associações voluntárias nesse processo de renovação.

De acordo com as análises de Maria Célia Paoli (2002), duas observações são apresentadas como importantes para explicar os aspectos convergentes da filantropia empresarial e do discurso do terceiro setor:

Primeiro, a ação responsável empresarial legitima-se, antes de tudo, no interior do assim chamado “terceiro setor”, que reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar: a sociedade civil, composta por uma grande diversidade de ações, atores, organizações, que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado. Segundo, não se trata apenas de uma controvérsia técnica sobre os modelos de gestão do social, por mais que a eficácia técnica nos serviços sociais de assistência seja certamente urgente em um país no qual metade da população vive na linha da pobreza (PAOLI, 2002, p. 380).

A proposta apresentada pelo terceiro setor e pelas ações filantrópicas de caráter empresarial para a problemática social situa o empresariado no espaço considerado “público não-estatal”.

O empresariado procura, então, desenvolver ações no campo social, como forma de justificar a sua contribuição na resolução dos problemas nacionais e que, segundo o discurso hegemônico, são conseqüências de um quadro de desigualdade social que assola o Brasil e, por sua vez, da ampliação da situação de pobreza e de miséria no país. Com isso assumem para si a responsabilidade social empresarial, redefinindo o significado e o sentido da filantropia, ao mostrarem-se mais preocupados com as questões sociais.

Contudo, a filantropia não tem se mostrado como uma alternativa eficiente para

resolver as questões sociais. O que pode ser justificado pelo fato de que, por mais que as ações filantrópicas tenham se expandido na sociedade brasileira, milhões de cidadãos ainda estão condenados a mais absoluta miséria. E o Brasil continua apresentando elevados índices de desigualdade social.

É neste contexto de simultaneidade entre a redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias dos direitos sociais, de um lado, e da abertura do espaço às ações sociais privadas, de outro, que se entende os alcances e os limites da filantropia empresarial (PAOLI, 2002, p. 387).

Ainda que a filantropia seja incentivada em diversos espaços como estratégia para redução da pobreza e para as melhorias sociais, é estratégico o desenvolvimento, no Brasil, de políticas públicas voltadas para a busca de caminhos que permitam a solução da problemática social, haja vista que a formulação de políticas sociais pode se constituir como uma estratégia efetiva e capaz de minimizar a histórica desigualdade social brasileira, embora tal desigualdade seja um problema estrutural.

No entanto, o Estado neoliberal, por sua vez, permite e, principalmente, estimula que as organizações sociais privadas mediem e desenvolvam ações sociais voltadas para divulgar a boa imagem da empresa. Dessa forma, o desenvolvimento de ações que possam contribuir para minimizar as desigualdades sociais e educacionais existentes no país, projeta essas organizações para o patamar de “empresa cidadã” a partir dos benefícios que oferece.

Essas ações responsáveis promovidas pelas empresas e integradas à política de cada uma delas, possibilitam, também, o desenvolvimento de programas sociais tendo como público-alvo não só os próprios trabalhadores, como também suas famílias.

O exemplo de filantropia empresarial demonstrado pelo projeto analisado delega às empresas envolvidas a tarefa de pôr em prática uma ação voltada para a alfabetização dos seus operários ao final do expediente.

Mesmo sem considerar os interesses apresentados pelo modo de produção capitalista que, prioritariamente, visa o lucro, e, também, sem considerar a qualidade do curso oferecido, é necessário admitir que esse projeto contribui para que o país avance na conquista do alfabetismo pela população jovem e adulta que ainda não teve a garantia do direito de aprender a ler e a escrever.

Numa das entrevistas que realizamos para nossa pesquisa com representantes de empresas da construção civil que têm salas de aula do projeto em funcionamento em

algun de seus canteiros, ao ser perguntado se há alguma preocupação da empresa em incentivar que o operário frequente a escola do canteiro, um representante de empresa afirmou:

Nossa diretoria sempre colocou em questão uma coisa: eles estão dando algo que nenhum deles tiveram, que era obrigação do governo. Nós estamos fazendo o papel do Estado aqui dentro. Conseguimos colocar professoras, montar uma escola, material, tudo o que eles precisam (Representante da Empresa A).

O discurso da Representante da Empresa B, por sua vez, também reflete a consciência das empresas envolvidas no Projeto *Alfabetizar é Construir* acerca da responsabilidade social que assumem, a partir do investimento que vêm fazendo na escolarização dos seus operários:

É verdade que a empresa tem um retorno deste investimento que ela faz no funcionário, mas eu acho que (...) a empresa cumpre também o seu papel social na medida que ela vai oferecendo isso para o empregado; para o funcionário dela.

O retorno do investimento feito pela empresa também está presente na representação dos sujeitos atendidos - os alunos-trabalhadores. Quando entrevistamos os trabalhadores, procuramos conhecer os motivos que levou os empresários a implantar o projeto nos canteiros, segundo a representação dos trabalhadores. Um dos alunos-trabalhadores respondeu:

Se você vai trabalhar na obra aqui, tem muita coisa que tem que ser marcada pelo desenho, se você não tiver estudo você não vai fazer. Laje é por medida. Se você não estudar, não souber nada, não vai saber medir uma medida porque não sabe ler. Então muita coisa já melhora pra gente, porque você vai errar menos, já vai calcular seu trabalho, o que você pode dar de produção. Então tudo isso já melhora pra eles, pro patrão (Operário, Empresa A).

Esse mesmo operário reconhece mais explicitamente como o investimento em capital humano é um negócio benéfico para a classe empresarial:

Eu acho que foi o bom senso que fez ele [o empresário] fazer isso para os alunos. Um bom negócio pra ele mesmo (Operário, Empresa A).

Outros trabalhadores, por sua vez, atribuem essa iniciativa empresarial à boa ação dos empresários: “Eu acho que ele deve ter analisado a ficha das pessoas. Eu acho que ele viu que muitas pessoas que trabalhavam aqui comigo não sabiam ler, e eles

resolveram fazer isso aí, tá entendendo? (...). Eu acho que é aquela coisa: ele não tá querendo forçar, ele tá querendo ajudar” (Bombeiro electricista, Empresa A).

Independentemente de qual seja o viés da representação que diferentes trabalhadores da construção civil atendidos pelo *Alfabetizar é Construir* tenham do projeto, as declarações e os referenciais teóricos estudados nos permitem afirmar que a filantropia empresarial se apresenta a partir das ações dirigidas aos trabalhadores das próprias empresas, seja por meio das ações alfabetizadoras ou com a intenção de que estando mais qualificados esses homens terão maior e melhor desempenho no interior do canteiro.

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A QUESTÃO

O estudo realizado nos permite identificar a existência de dois fatores que se constituem como instrumentos de valorização das empresas da construção civil que implantam o *Alfabetizar é Construir* como organizações socialmente responsáveis.

O primeiro deles é o fato dessas empresas assumirem para si a condição de colaboradoras na redução dos problemas sociais do país, em lugar de deixar para que somente o Estado encontre as estratégias para a questão do analfabetismo.

O segundo apresentado por Paoli (2002) e que se relaciona à filantropia empresarial, é o reflexo das experiências desenvolvidas pelo empresariado na opinião pública. Segundo a autora, tais iniciativas podem justificar a ineficiência do Estado na elaboração e implementação das políticas públicas voltadas para a área social.

No entanto, diante da análise da relação trabalho e educação no contexto das políticas neoliberais da década em questão, não só concordamos com os autores que apontam os aspectos que aparecem nas ações de responsabilidade social das empresas, como ressaltamos o que já fora apresentado pelos estudos existentes acerca dos investimentos em capital humano nas sociedades capitalistas desde meados do século XX, haja vista ser necessário reconhecer que a aprendizagem produzida nas salas de aula dos canteiros se reverte em satisfação para os alunos-trabalhadores. É, por sua vez, a materialização da teoria do capital humano reconfigurada nas últimas décadas do século XX. O investimento feito pelos empresários no projeto *Alfabetizar é Construir* é revertido em menor desperdício de material de construção, redução significativa de acidentes de trabalho entre os operários participantes do projeto, além de dotar o trabalhador de maior capacidade para operar a tecnologia existente na construção civil,

ainda que esta seja pouco desenvolvida no Brasil.

Por outro lado, embora concordemos com o princípio de que cabe ao Estado a responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, laica e de qualidade social para toda a população nas diferentes faixas etárias, não podemos deixar de reconhecer que as iniciativas que vêm surgindo no país com a finalidade de combater o analfabetismo, em parte, cumprem um papel específico no quadro educacional brasileiro da atualidade.

O trabalhador que foi alfabetizado pelas salas de aula montadas nos canteiros de obras poderá fazer uso do seu saber - o que aprendeu na/com a vida e o aprendido naquela sala de aula - em diferentes espaços e momentos. Uma vez alfabetizado e ainda que essa alfabetização possa ter, estritamente, um caráter funcional, o operário terá condições de ler o que lhe chegar às mãos. E também poderá usar a aprendizagem da leitura e da escrita adquiridas através de um projeto oferecido pela classe empresarial para ler jornais com as notícias mais diversas de seu interesse, ler o panfleto do sindicato de sua categoria ou ajudar os filhos com as tarefas escolares.

Apesar do projeto *Alfabetizar é Construir* estar, nitidamente, a serviço dos interesses capitalistas conforme procuramos comprovar com a pesquisa que dá origem a esse trabalho, é preciso reconhecer que o *Alfabetizar é Construir* contribuiu para a produção de saberes em uma parcela dos operários da construção civil do Rio de Janeiro. Parcela essa que, em sua totalidade, é expressiva se considerarmos o quantitativo desses trabalhadores que ainda se encontra excluído do saber sistematizado, no mínimo, da leitura, da escrita e dos cálculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96, de 20/12/96

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. SP: Paz e Terra, 1999

FERREIRA, A.B.H. *Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. SP: Cortez, 2001

GENTILI, P. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo

educacional. In: GENTILI, P.; SILVA, T.T. (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 111-117.

_____. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998

_____. *Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1999

_____. Educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. *Revista do SEPE*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5 e 6, edição especial, p. 27-31, nov 1999-abr 2000.

_____. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002

GIDDENS, A. *A terceira via; reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. RJ: Record, 2000

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V.2. RJ: Civilização Brasileira, 2000

NEVES, L. *Brasil 2000: nova divisão do trabalho na educação*. 2.ed. SP: Xamã, 2000

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destruição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Vozes, 1999, p. 55-82.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. RJ: Civilização Brasileira, 2002

TREVISAN, A. *A empresa e seu papel social*. Rio de Janeiro, 13/03/2002. Disponível em <<http://www.manageronline.com.br>>. Acesso em 19/11/2002

PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.